



Número: **0603227-27.2022.6.16.0000**

Classe: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral**

Última distribuição : **23/09/2022**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Deputado Federal**

Objeto do processo: **Cargo - Deputado Federal- ELEICAO 2022- ADRIANO MARCUS CARIAS**

**MUHLSTEDT- PROGRESSISTAS - PP**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
ADRIANO MARCUS CARIAS MUHLSTEDT (REQUERENTE)	
	DIEGO MARTINS SAKAKIBARA (ADVOGADO)
ELEICAO 2022 ADRIANO MARCUS CARIAS MUHLSTEDT DEPUTADO FEDERAL (INTERESSADO)	
	DIEGO MARTINS SAKAKIBARA (ADVOGADO)

Outros participantes	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43476423	07/12/2022 11:14	<u>Acórdão</u>	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**ACÓRDÃO Nº 61.606**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS 0603227-27.2022.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ**

**Relator:** RODRIGO OTAVIO RODRIGUES GOMES DO AMARAL

**INTERESSADO:** ELEICAO 2022 ADRIANO MARCUS CARIAS MUHLSTEDT DEPUTADO FEDERAL

**ADVOGADO:** DIEGO MARTINS SAKAKIBARA - OAB/PR99780

**REQUERENTE:** ADRIANO MARCUS CARIAS MUHLSTEDT

**ADVOGADO:** DIEGO MARTINS SAKAKIBARA - OAB/PR99780

**FISCAL DA LEI:** Procurador Regional Eleitoral

**ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO ESTABELECIDO PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS FINAIS. CITAÇÃO PARA SANAR A OMISSÃO EM TRÊS DIAS. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO. PREJUÍZO À FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS. IMPEDIMENTO DE OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL ATÉ O FIM DA LEGISLATURA, PERSISTINDO OS EFEITOS DA RESTRIÇÃO, APÓS ESSE PERÍODO, ATÉ A EFETIVA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS. CONTAS NÃO PRESTADAS.**

1. O artigo 49 da Resolução TSE n. 23.607/2019 dispõe que as prestações de contas finais referentes ao primeiro turno dos candidatos e dos partidos políticos devem ser apresentadas à Justiça Eleitoral até o trigésimo dia posterior à realização das eleições.
2. No caso de inobservância do prazo estabelecido para a prestação de contas, o artigo 49, § 5º, inciso IV, da Resolução TSE n. 23.607/2019 determina que a apresentação das contas deve ser feita no prazo de 3 dias, contados da citação determinada pela Justiça Eleitoral. O inciso VII do mesmo dispositivo legal dispõe que as contas serão julgadas não prestadas, caso, após a citação, a omissão permaneça.
3. O candidato não prestou suas contas eleitorais finais no prazo estabelecido pela Resolução TSE n. 23.607/2019, razão pela qual foi citado, não tendo apresentado manifestação, permanecendo, desse modo, a sua omissão.
4. Imposição do impedimento de obtenção da certidão de quitação eleitoral até o fim da legislatura, persistindo os efeitos da restrição, após esse período, até a efetiva apresentação das contas, nos termos do artigo 80, inciso I, da Resolução TSE n. 23.607/2019.
5. Contas não prestadas.



## DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte julgou não prestadas as contas apresentadas, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 05/12/2022

RELATOR(A) RODRIGO OTAVIO RODRIGUES GOMES DO AMARAL

## RELATÓRIO

Trata-se de prestação de contas, referentes às eleições gerais de 2022, do candidato Adriano Marcus Carias Mühlstedt, ao cargo de Deputado Federal.

Ante a não apresentação das contas finais pelo candidato, os autos foram instruídos com os seguintes documentos: **a)** extratos bancários eletrônicos encaminhados à Justiça Eleitoral; **b)** recursos recebidos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha; **c)** recursos recebidos de fonte vedada; **d)** recursos recebidos do Fundo Partidário, e **e)** recursos recebidos de origem não identificada. (ID 43390564, ID 43390565, ID 43390566, ID 43390567, ID 43390568, ID 43390569 e ID 43390570)

Apesar de citado para sanar sua omissão, o candidato não apresentou suas contas finais. (ID 43394426, ID 43394428 e ID 43403615)

Aberta vista, a Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo julgamento das contas como não prestadas, nos termos do artigo 74, inciso IV, alínea *a*, da Resolução TSE n. 23.607/2019, em razão da ausência de peças obrigatórias e da consequente impossibilidade de análise das contas. (ID 43419703)

É o relatório.

## VOTO

### **a) Da Importância da Prestação de Contas**

O ordenamento jurídico eleitoral brasileiro tem o objetivo de proteger determinados bens jurídicos, entre os quais se destacam a integridade e a moralidade dos pleitos, a autenticidade do voto e a supremacia do poder popular, por serem essenciais à contínua concretização do ideal democrático consagrado pela Constituição Federal.



Para além de convencer o eleitorado brasileiro, os candidatos e os partidos políticos devem também respeitar esses valores que justificam a própria adoção de um sistema democrático representativo, no mais das vezes cristalizados pelas Leis Federais, com destaque à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) e pelas Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, que regem importantes aspectos da política brasileira.

No sentido de preservar a efetiva e a livre participação cidadã na tomada de rumos da Nação, a Justiça Eleitoral atua também em sede de prestação de contas, com a função precípua de manter a lisura do processo democrático – seja garantindo a igualdade de chances entre os candidatos, seja coibindo os abusos econômicos em campanhas eleitorais, seja assegurando o respeito às normas do Estado Democrático de Direito.

A partir dessas diretivas, a prestação de contas consiste em dever cívico do candidato e dos partidos políticos para com todo o eleitorado brasileiro e com o próprio ideal democrático que informa sua atuação. Esse dever é garantido expressamente no ordenamento jurídico-eleitoral de modo a assegurar a moralidade do jogo democrático.

Diante dessas premissas, a análise das prestações de contas considera os princípios da *legalidade* – respeito às normas legais e às resoluções pertinentes –, *transparência* e *publicidade* – garantia do amplo conhecimento do teor das contas, para os fins de fiscalização e controle social das campanhas eleitorais – e a *veracidade* – coerência entre os dados prestados e os gastos e arrecadação apurados.

Demais disso, as campanhas eleitorais brasileiras, em boa parte, são financiadas por recursos públicos, o que torna imperativa a efetiva fiscalização das contas de campanha, sob pena de se dar margem à prática de atos em desacordo com os princípios acima referidos, bem como de se converter o processo democrático em simulacro de intuítos mesquinhos aos ideais do Estado e da Sociedade.

Feitas essas considerações, cumpre passar à apreciação das contas da Prestadora.

## **b) Da Análise das Contas**

Trata-se de prestação de contas do candidato Adriano Marcus Carias Mühlstedt, ao cargo de Deputado Federal, referente à arrecadação e aplicação de recursos financeiros na campanha eleitoral de 2022.

O dever de prestação de contas eleitorais pelas candidatas e candidatos decorre do artigo 45, inciso I, da Resolução TSE n. 23.607/2019:

Art. 45. Devem prestar contas à Justiça Eleitoral:

*I - a candidata ou o candidato;*

*[...]*



Findo o prazo fixado para a entrega da prestação de contas final em 1º/11/2022, verificou-se a omissão do candidato, razão pela qual os autos foram instruídos com os documentos elencados no artigo 49, § 5º, inciso III, da Resolução TSE n. 23.607/2019: **a)** extrato bancário eletrônico da conta de campanha nº 96092-6, Agência nº 982 do Banco do Brasil (ID 43390564); **b)** informações de que o candidato não recebeu recursos do Fundo Partidário (ID 43390569), de fontes vedadas (ID 43390567) e de origem não identificada (ID 43390570), e **c)** informação de que o candidato recebeu o montante de R\$ 200.000,00 provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (ID 43390568).

Apesar de citado, o candidato deixou de apresentar suas contas finais, permanecendo, assim, a sua omissão. (ID 43394426, ID 43394428 e ID 43403615)

A propósito da não prestação de contas eleitorais, o artigo 49, § 5º, incisos IV e VII, e o artigo 74, inciso IV, alínea *a*, ambos da Resolução TSE n. 23.607/2019 dispõem que:

*Art. 49. As prestações de contas finais referentes ao primeiro turno de todas as candidatas ou de todos os candidatos e de partidos políticos em todas as esferas devem ser prestadas, via SPCE, à Justiça Eleitoral até o 30º dia posterior à realização das eleições (Lei nº 9.504/1997, art. 29, III).*

[...]

*§ 5º Findos os prazos fixados neste artigo sem que as contas tenham sido prestadas, observar-se-ão os seguintes procedimentos:*

[...]

IV - A candidata ou o candidato com prestação de contas parcial já autuada será intimada(o) pelo mural eletrônico, até a diplomação das eleitas ou dos eleitos e, após, pelo Diário da Justiça Eleitoral Eletrônico, para, no prazo de 3 (três) dias, prestar as contas finais; a omissa ou o omissos será citada(o) para prestar as contas no prazo de 3 (três) dias, devendo observar os procedimentos previstos nos arts. 98 e seguintes desta Resolução;

[...]

*VII - permanecendo a omissão, as contas serão julgadas como não prestadas (Lei nº 9.504/1997, art. 30, IV).*

Art. 74. Apresentado o parecer do Ministério Público e observado o disposto no parágrafo único do art. 73 desta Resolução, a Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas, decidindo:

[...]

*IV - pela não prestação, quando, observado o disposto no § 2º:*

a) depois de citada(o), na forma do inciso IV do § 5º do art. 49, a candidata ou o candidato ou o órgão partidário e as(os) responsáveis permanecerem omissas(os) ou as suas justificativas não forem aceitas;

[...]



Como bem asseverou a Procuradoria Regional Eleitoral, *a ausência das peças obrigatórias impede a análise da prestação de contas, que deve ser julgada como não prestada, nos termos do art. 74, IV, "a", da Res. TSE nº 23.607/19.* (ID 43419703)

Desse modo, considerando a não prestação de contas, deve-se impor ao candidato o impedimento de obtenção da certidão de quitação eleitoral até o fim da legislatura, persistindo os efeitos da restrição, após esse período, até a efetiva apresentação das contas, nos termos do artigo 80, inciso I, da Resolução TSE n. 23.607/2019.<sup>[1]</sup>

Nesse sentido, é o entendimento deste Tribunal:

ELEIÇÕES 2022. REGISTRO DE CANDIDATURA. CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE QUITAÇÃO ELEITORAL. CONTAS NÃO PRESTADAS. INELEGIBILIDADE CONFIGURADA. INDEFERIMENTO.

1. O artigo 11, § 7º, da Lei nº 9.504/1997 dispõe que a certidão de quitação eleitoral abrange a apresentação de contas de campanha eleitoral.
2. A decisão que julga não prestadas as contas de campanha impede o candidato de obter a certidão de quitação eleitoral durante o curso do mandato ao qual concorreu, persistindo esses efeitos, após esse período, até a efetiva regularização. Súmula n. 42 do Tribunal Superior Eleitoral.
3. Mesmo que o candidato apresente pedido de regularização, as contas de campanha julgadas não prestadas, relativas ao pleito de 2020, impedem o reconhecimento da quitação eleitoral até o fim do mandato legislativo para o qual concorreu, ou seja, até o final de 2024.
4. Incidência da inelegibilidade prevista no artigo 11, §1º, inciso VI, e §7º, da Lei nº 9.504/97.
5. Registro de candidatura indeferido.

(Acórdão nº 61154, Relator: Dr. Rodrigo Otavio Rodrigues Gomes Do Amaral, Publicado em Sessão em 13/09/2022)

Há se concluir, assim, que, em face da permanência da omissão na prestação de contas pelo candidato, mesmo após a sua citação, as contas devem ser julgadas não prestadas, com fundamento no artigo 74, inciso IV, alínea a, da Resolução TSE 23.607/2019.

## DISPOSITIVO

Diante do exposto, voto pelo **JULGAMENTO DAS CONTAS COMO NÃO PRESTADAS** do candidato Adriano Marcus Carias Mühlstedt ao cargo de Deputado Federal, com a aplicação do



impedimento de obtenção da certidão de quitação eleitoral até o fim da legislatura, persistindo os efeitos da restrição, após esse período, até a efetiva apresentação das contas, nos termos do artigo 74, inciso IV, alínea *a*, e do artigo 80, inciso I, ambos da Resolução TSE n. 23.607/2019.

**RODRIGO AMARAL**

**Relator**

---

*[1] Art. 80. A decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarreta: I - à candidata ou ao candidato, o impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral até o fim da legislatura, persistindo os efeitos da restrição após esse período até a efetiva apresentação das contas;*

#### EXTRATO DA ATA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0603227-27.2022.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR: DR. RODRIGO OTAVIO RODRIGUES GOMES DO AMARAL - INTERESSADO: ELEICAO 2022 ADRIANO MARCUS CARIAS MUHLSTEDT DEPUTADO FEDERAL - Advogado do INTERESSADO: DIEGO MARTINS SAKAKIBARA - PR99780 - REQUERENTE: ADRIANO MARCUS CARIAS MUHLSTEDT - Advogado do REQUERENTE: DIEGO MARTINS SAKAKIBARA - PR99780.

#### DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte julgou não prestadas as contas apresentadas, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura. Participaram do julgamento os Eminentes Julgadores: Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Flavia da Costa Viana, Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani, Thiago Paiva dos Santos e José Rodrigo Sade. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Monica Dorotea Bora.

SESSÃO DE 05.12.2022.

